

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: um olhar sobre a construção do mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri Cearense¹

Marilucia Antonia de Sousa*

Ana Paula Lucio Pinheiro**

Ana Cleide Lucio Pinheiro***

Lucilene da Silva Assunção****

Joselina da Silva *****

Resumo

O grupo de valorização negra do Cariri - GRUNEC desenvolveu o mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri, com o propósito de identificar e documentar suas histórias para que estas comunidades sejam reconhecidas como membros atuantes na sociedade. O grupo visitou 25 comunidades em 15 municípios, sendo que apenas seis destas comunidades se identificam como quilombolas. O mapeamento aborda questões como preconceito, identidade e o acesso a políticas públicas. Este artigo tem como objetivos analisar e compreender a construção do mapeamento das comunidades negras e quilombolas pelo grupo GRUNEC e entendê-lo como uma reconstrução do patrimônio histórico e cultural do Cariri Cearense. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas entrevistas com membros do GRUNEC, análise do mapeamento realizado por eles e observação de campo. Esta é uma pesquisa em andamento, por conseguinte seus dados ainda poderão sofrer maiores análises.

Palavras-Chave: Mapeamento. Patrimônio Histórico. GRUNEC.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT 02 (Memória e Patrimônio cultural).

* Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Graduanda em Biblioteconomia.

marilucia2312@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Graduanda em Biblioteconomia.

ana-paula-lucio@hotmail.com

*** Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Graduanda em Biblioteconomia.

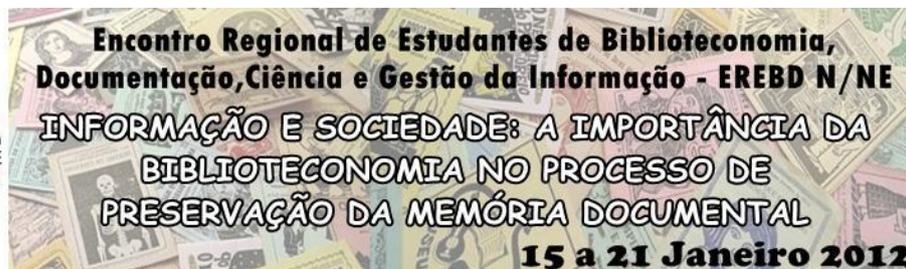
ana_cleide_lucio@hotmail.com

**** Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Graduanda em Biblioteconomia.

cilene.silva83@hotmail.com

***** Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri. Doutora em Ciências Sociais – UERJ.

joselinajo@yahoo.com.br



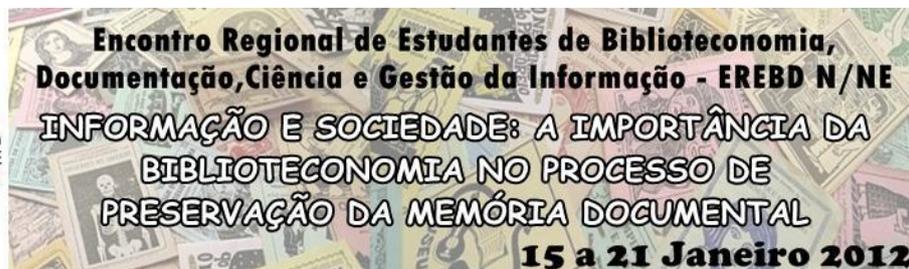
1 INTRODUÇÃO

O Cariri sediou a semana de movimentos sociais, pela primeira vez, entre os dias 29,30 e 31 de agosto na URCA (Universidade Regional do Cariri), tendo como temática “o que nos une e o que nos separa?”. Entre os vários temas abordados, o que nos chamou a atenção foi a apresentação do mapeamento das comunidades negras e /ou quilombolas do Cariri, realizado pelo GRUNEC – Grupo de Valorização Negra do Cariri. A partir desta temática, surgiu a necessidade de compreender melhor o mapeamento como uma reconstrução do patrimônio histórico e cultural do cariri cearense.

O GRUNEC é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2001. Seu principal objetivo é promover a igualdade étnica e racial e elevar a auto – estima da população negra na região. O grupo desenvolveu o mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri, com o propósito de identificar e documentar as histórias das comunidades e para que as mesmas sejam reconhecidas como membros atuantes na sociedade. O recolhimento das histórias também propiciou levantar realidades, histórias e atividades desenvolvidas por diferentes grupos culturais, na região pesquisada.

Para a realização do mapeamento o GRUNEC associou-se a Cáritas que é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. O grupo visitou 25 comunidades em 15 municípios, sendo que apenas seis destas comunidades se identificam como quilombolas. O mapeamento aborda questões como preconceito, identidade e o acesso a políticas públicas. O resultado de dois anos de pesquisas resultou na produção de uma cartilha, na qual foi distribuída nas comunidades visitadas.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho foram realizadas entrevistas com membros do GRUNEC, com o intuito de obter informações mais precisas, uma análise do mapeamento realizado por eles, bem como a observação de campo.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GRUNEC

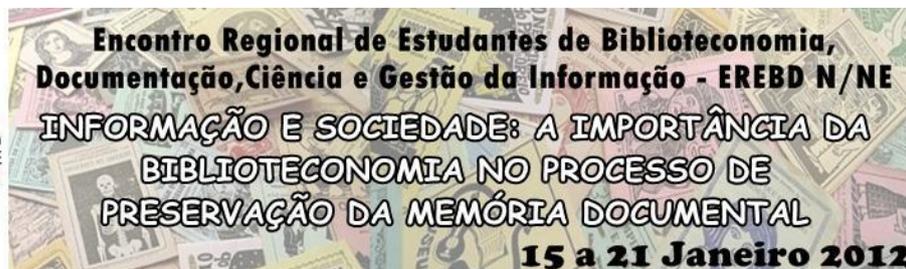
O Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) – de acordo com sua página na web é uma entidade sem fins lucrativos, formado em Crato-CE no ano de 2001 com o objetivo primordial de promover a igualdade étnica/racial e a auto-estima da população de cor negra na Região Caririense, além de propagar a consciência sobre nossa afrodescendência, valorizando a nossa história e cultura. Ele conta com o apoio de entidades governamentais e não governamentais profissionais liberais autoridades religiosas, empresários e de pessoas que pretendam se engajar num propósito político-social consistente. O site prossegue informando que, no momento em que completa dez anos, o grupo conta com o apoio de cerca de mais de 30 indivíduos qualificados para capacitações pedagógicas e para diversos eventos. Destes são apontados como seminários, oficinas e reuniões.

O GRUNEC ainda informa que suas atividades são realizadas, com embasamentos técnicos, legais e jurídicos em relação às questões políticas e sociais no País. Promovem encenações de danças, desfiles, músicas e outras manifestações artísticas.

Ainda, baseado no site da instituição, o GRUNEC trabalha com diversas metodologias, especialmente no ensino profissionalizante e no desenvolvimento de atividades artísticas, objetivando ampliar a auto-estima da população negra no Cariri. A organização – ainda de acordo com sua página web- atua de forma efetiva na Semana da Consciência Negra e em ações realizadas junto às Secretarias Municipal e Estadual de Educação. O trabalho é realizado junto às comunidades em situação de vulnerabilidade da região.

2.2 CÁRITAS

Buscamos no site da instituição, que se apresenta informando que a mesma foi fundada no Brasil em 12 de novembro de 1956. No início ela foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição dos ‘alimentos para a paz’. Foi nos anos



1990 que a Cáritas Brasileira projetou iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos Comunitários, e com equipes estáveis (nacional, regionais e muitas dioceses), ela assumiu uma liderança ativa no conjunto das pastorais sociais.

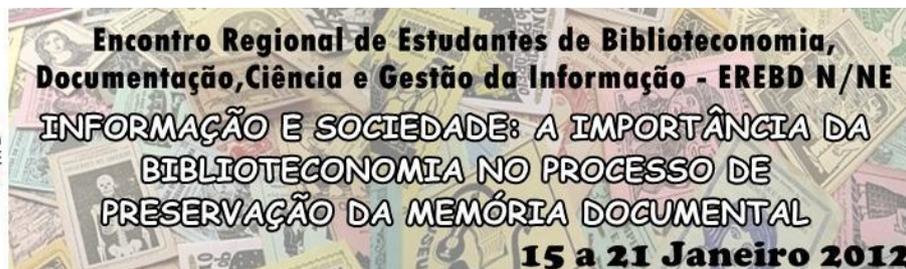
Embora tenha sido construída por voluntários e voluntárias, a Cáritas conta com um grupo de pessoas fixas que diante do crescimento, passou a assumir o planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização (PMAS) e a busca pela gestão, comunicação, sustentabilidade institucional e formação dos agentes. Assim, foram sendo criadas as Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas.

A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. É ainda o site que nos informa que a mesma é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, sendo também um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação, lembra a página web, dá-se junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Atua especialmente frente às emergências ou conflitos. No Ceará a rede Cáritas abrange as cidades: Iguatu, Sobral, Crato, Limoeiro do Norte, Crateús, Tianguá, Itapipoca e Fortaleza.

Neste sentido, ao observar os princípios adotados pela rede compreende-se o interesse no trabalho desenvolvido pelo GRUNEC, sobre o mapeamento das comunidades negras e/ ou quilombolas do cariri cearense. Ou seja, uma vez que ambas as instituições preocupam-se em atuar no sentido de remover as desigualdades sociais, uma parceria entre ambas é plenamente exequível.

2.3 O QUE SE ENTENDE COMO QUILOMBO

Pensar em quilombo remete sempre a um termo negativo, pois a sociedade traz na memória a imagem de um lugar pobre, isolado, habitado por negros e rebeldes. Os quilombos eram pequenos grupos de negros que fugiam dos latifúndios, por não suportarem as repressões durante toda a época de escravidão do Brasil, ocorrido entre os séculos XVI e XIX.



Mesmo após à abolição da escravatura cujo o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, que atirou os ex- escravizados numa sociedade na qual estes não tinham condições mínimas de sobrevivência então, grande parte dos refugiados preferiram continuar nos povoados que formaram.

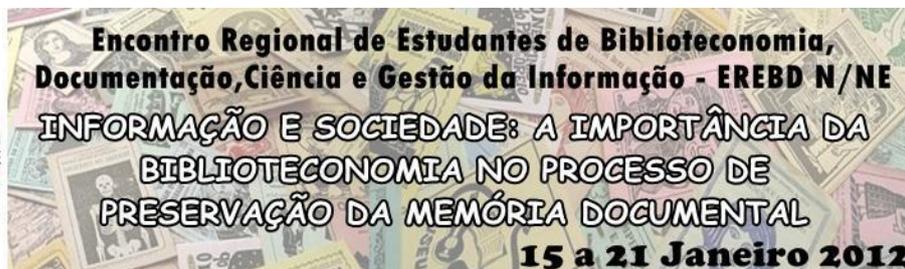
Segundo ARRUTI, 2008 apud ALMEIDA, 1996, na legislação colonial para caracterizar a existência de um quilombo bastava a reunião de cinco escravos fugidos ocupando ranchos permanentes, mas, depois, na legislação imperial, bastavam três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes. Neste contexto, afirmar a existência de um quilombo significava apenas identificar um objeto de repressão, sem que isso necessitasse ou implicasse qualquer conhecimento objetivo sobre tal objeto.

Assim pode-se dizer que os quilombos não se definiam pelo número de pessoas mais sim, pelas lutas de liberdade, resistência e por uma sociedade igualitária. Destaca-se Palmares como quilombo mais conhecido e duradouro, instalado na Serra da Barriga, atual região de Alagoas. O mesmo desenvolveu-se através do artesanato e do cultivo do milho, feijão, mandioca, banana e cana-de-açúcar, além do comércio com aldeias vizinhas. Palmares representava a liberdade, por isso acabava tornando-se um local atrativo para novas fugas de escravos.

Quilombo seria, pois, uma forma de se rebelar contra o sistema escravocrata, local onde os negros iriam se esconder e se isolar do restante da população. Com isso ARRUTI, 2008 apud ALMEIDA 1996 afirmam que:

As novas dimensões e os significados atuais de quilombos, que tem como ponte de partida, situações sociais específicas e coetâneas, caracterizadas sobretudo por instrumentos políticos – organizativos, cuja finalidade precípua é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria. Isto é, propõe-se que auto-evidências intrínsecas à ideologia escravocrata e aos preceitos jurídicos dela emanados sejam substituídas pela auto- atribuição de um movimento social que, em sua reivindicação pública de inversão do estigma, recorre a esta forma mais que simbólica de negar o sistema escravocrata.

Quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais (ARRUTI, 2008).



Segundo o site da comissão pró-índio de São Paulo: A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma simultaneidade de fatores, escolhidos por eles mesmos, de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social a elementos lingüísticos e religiosos.

Foi com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas, resultado da mobilização do movimento negro, que conseguiu a inclusão do artigo 68 do ato das disposições transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

Hoje os descendentes de quilombolas são considerados remanescentes de comunidades de quilombos que se organizaram a partir de uma grande diversidade de processos, tais como: a ocupação de terras livres, as heranças, a compra de terras, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao estado e doações. Essas comunidades estão mais organizadas, pois algumas contam com recursos governamentais e trabalhos desenvolvidos por ONGS com a finalidade de promover ações culturais e de conscientização do reconhecimento da identidade.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, nas áreas de biblioteconomia, história e ciências sociais. Por meio de entrevistas com membros do GRUNEC, foi realizado uma análise do mapeamento realizado por eles, bem como observação de campo.

Buscou-se demonstrar que o mapeamento das comunidades negras e/ou quilombolas do Cariri Cearense, é um rico patrimônio cultural a ser encontrado nas comunidades visitadas. Sendo um patrimônio cultural, o mesmo deve ser preservado, para se ter um possível acesso e uma continuação da pesquisa. O nosso trabalho visa à conscientização da população em geral, diante deste patrimônio imaterial que é o mapeamento.

4 A CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO



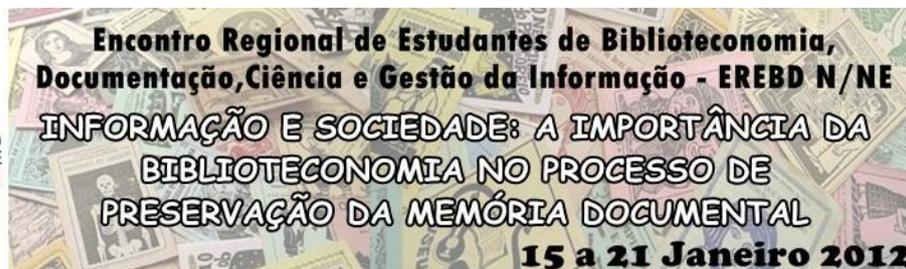
Por meio de uma entrevista concedida por Verônica Neuma Carvalho, membro do GRUNEC, obtivemos as seguintes informações: como se deu o processo de construção do mapeamento das comunidades negras e/ou quilombolas do cariri cearense, a amplitude a região do número de comunidades da região cobertas pelo estudo, os critérios adotados para a visita das comunidades, bem como o público alvo do projeto.

Segundo Verônica, o mapeamento surgiu com o intuito de responder à pergunta sobre a existência ou não, de negros no cariri, pois na região a população tem dificuldades de se auto-identificar afrodescendente, havendo assim, uma negação de sua identidade. Com isso, o GRUNEC formulou diversos projetos com o propósito de conseguir patrocínio para a realização do mapeamento. Alguns desses projetos não foram aceitos, sendo a Cáritas a única instituição apoiadora. A partir daí surgiu uma parceria entre o GRUNEC e a Cáritas Diocesana do Crato. O grupo visitou 25 comunidades em 15 municípios, dentre elas: Aurora - comunidade Tipi, Jardim - comunidade Mulatos, Porteiras - comunidades Souza e Vassourinha, Milagres - comunidade Valdivino e Varzea Alegre - comunidade Panelas.

Assim foi produzido o texto - Panorâmica do mapeamento das comunidades negras/quilombolas do cariri cearense. Sua leitura nos informa que durante o processo de observação foi constatado que algumas pessoas das comunidades desconhecem o termo "quilombola". Por razões diversas, há entre muitas delas um baixo conhecimento, tanto da ambiência em seu entorno, como de sua ancestralidade.

Outro item importante apontado pelo mapeamento do GRUNEC é que a renda familiar, nestas localidades, é baseada na agricultura, adicionada dos programas sociais, como bolsa família e a aposentadoria. As comunidades são assistidas pelos PSF (Programa de Saúde da Família), porém as parteiras e rezadeiras são preferência das mulheres. Dentre as doenças mais frequentes estão: diabetes, pressão alta, distúrbios mentais e alcoolismo.

O índice de gravidez precoce é muito alto em algumas comunidades, assim como também a questão da prostituição e o desemprego para os jovens, o que ocasiona a migração para outros estados. A luta pelas políticas públicas é ainda a realidade de muitas comunidades, pois algumas não dispõem de acesso à água, saneamento básico, saúde, educação, moradia, políticas para a juventude e as mulheres, dentre outras.



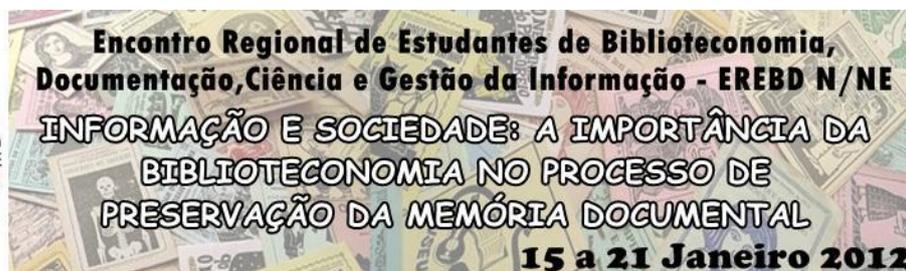
Prosseguindo na análise do documento elaborado pelo GRUNEC em parceria com a Cáritas, vemos que as religiões de maior referência são a católica e as de matrizes africanas. Destacam-se manifestações culturais como: dança do coco, forró, festa dos caretas, reisados, banda cabaçal, maneiro-pau, toré, pifeiros, capoeira, maracatu e renovações dos santos como maior patrimônio cultural.

O resultado do mapeamento deu origem a uma cartilha, que aborda diversas questões, tais como: identidade, acesso da terra, cultura, educação contextualizada, mulher, juventude, religiosidade, perspectivas e um mapa contendo os municípios e as comunidades visitadas. A cartilha foi distribuída para todas as comunidades visitadas. Interessante observar, segundo o depoimento da Sr. Verônica, é que logo após o lançamento, surgiram outras comunidades se auto-identificando como negras ou quilombolas. O mapeamento abrange outras questões que não foram contempladas devido à falta de tempo, porém procurou-se sistematizar o que era recorrente em todas as comunidades. No decorrer da pesquisa o GRUNEC procurou o sindicato dos trabalhadores rurais e as paróquias, e quando perguntava se tinha algumas comunidades negras ou quilombolas e eles respondiam que não, embora o grupo percebesse as características que os identificavam como negras e/ou quilombolas, eles partiam para outra comunidade. Segundo a Sr. Verônica se houvesse tempo teriam realizado um trabalho de conscientização, já que o grupo trabalha com a auto-identificação. Afirma que o objetivo do mapeamento é de localizar e contribuir com a organização comunitária desses grupos.

O público alvo do projeto é a sociedade, onde as comunidades visitadas são as protagonistas.

5 NOSSO OLHAR SOBRE O MAPEAMENTO

A constituição brasileira estabeleceu no artigo 216 da carta fundamental do Brasil que: O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

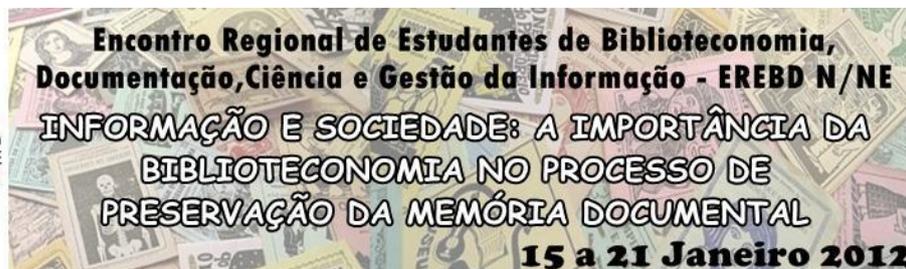


manifestações artístico – cultural; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Rodrigues (2002) a palavra patrimônio tem vários significados. Sua origem esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. No século XVIII na França, quando o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso da palavra patrimônio estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação. Porém só no final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como fator de memória da sociedade. Com isso, pode-se perceber que além de servir ao conhecimento do passado os materiais históricos de cultura, são testemunhos de experiências vividas coletivas ou individualmente, e permitem que as pessoas lembrem e ampliem o sentimento de pertencer a um espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elemento comum, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

O mapeamento das comunidades negras e/ou quilombolas do cariri cearense é considerado um patrimônio histórico cultural, pois o mesmo apresenta a cultura, a memória coletiva e a identidade, onde esta ainda se encontra em processo de construção em algumas comunidades cearense. De acordo com Munanga (2003): “O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc. com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática”.

O mapeamento veio contribuir na divulgação da cultura negra e quilombola, como também para o reconhecimento de sua identidade. Nessa perspectiva este estudo é de total relevância para a sociedade em geral, pois irá desmistificar todos os conceitos negativos atribuídos as comunidades quilombolas. Portanto, contribui para que se possa compreender de forma mais ampliada, o sentido de ser quilombola. Pois, de acordo com ARRUTI: “Quilombos não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (ARRUTI, 2008 apud NASCIMENTO 1980). Nesse sentido, a observação desse mapeamento abre caminho para que tenhamos a oportunidade de nos reconhecer e reconhecer os outros.



Pensar na reconstrução do mapeamento é de fundamental relevância, pois o mesmo abrange ainda diversas temáticas que não foram apresentadas na cartilha feita pelo GRUNEC e a Cáritas, visto que o conteúdo informativo é muito limitado para um trabalho tão complexo e importante que foi o mapeamento. Torna-se imprescindível um novo olhar sobre a reconstrução do mapeamento, podendo ser vista como uma forma de preservação do patrimônio histórico e cultural.

O mapeamento pode ser considerado como um meio de promover a transformação social, em busca da igualdade e da valorização do ser humano e de contribuir no fortalecimento da identidade étnica dessas comunidades. Entendemos que as questões quilombolas são do presente e necessitam ser reconhecidas e debatidas nesta atual democracia brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de quilombos no Ceará era, até recentemente, ignorada pela historiografia. Na história da formação sócio econômica do estado já encontramos referência a existência de população quilombola de 1600, sendo que na atualidade é reconhecida a existência de pelo menos 80 comunidades de remanescentes de quilombos. [...] Existem procedimentos de natureza de uma ideologia da negação de existência de população afro-descendente no Ceará marcada pela afirmação persistente que no estado não há negros (SANTOS e JÚNIOR, 2010).

Atualmente, o Cariri apresenta diversas comunidades remanescentes de quilombos, que hoje se encontram numa situação de expropriação de suas terras e de difícil sobrevivência. O preconceito ainda é muito visível por parte da sociedade, como também por parte de algumas comunidades quilombolas, pois estas não se identificam como participante desse grupo. É necessário que haja um trabalho que foque a auto-estima dessas pessoas, identificando os seus próprios valores, expressando o que sentem vivendo em uma sociedade racista e como elaborar estes sentimentos para enfrentar a discriminação. A questão da discriminação racial deve ser abordada nas escolas, contribuindo assim para a formação de indivíduos críticos e conscientes de sua importância na sociedade.



O trabalho do mapeamento levantou algumas questões onde instigou uma reflexão sobre a identidade negra e quilombola. A partir dessas reflexões alguns grupos se articularam na busca de solucionar seus problemas. Segundo os responsáveis pelo mapeamento o trabalho pretendeu lançar um olhar crítico – reflexivo animando o processo de inclusão social destas comunidades, despertando o espírito de solidariedade, o desejo de afirmação e determinação dos seus membros em reivindicar seus legítimos direitos de cidadão brasileiros (Cartilha Caminhos, 2011). Reiteramos que nossas observações, até o momento, nos permitem observar que ainda há muitas possibilidades de alargamento deste estudo. Referimo-nos a voltas ao campo para recolhimento – com técnicas científicas e acadêmicas- do rico patrimônio cultural a ser encontrado nas regiões visitadas. Acreditamos também ser imperioso que gestões sejam feitas, no sentido da publicação, em diferentes suportes do material produzido e ainda não divulgado, por falta de recursos. Seu anúncio ao público contribuiria com a inauguração de uma cultura patrimonial, a ser ainda construída na região

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [Org. Osmundo Pinto]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

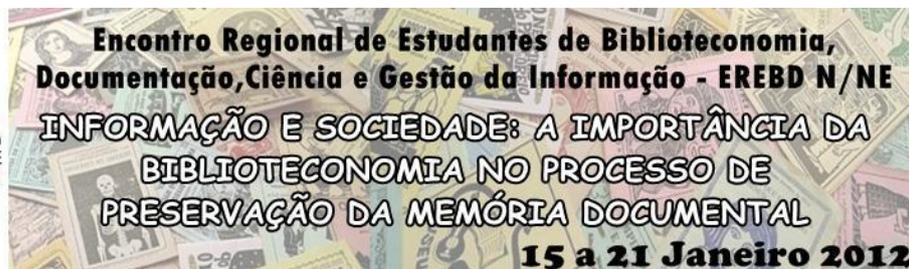
Cáritas Brasileira. Disponível em <www.caritas.org.br>. Acesso em 20 nov. 2011.

CARVALHO, Valeria Neuma [et al]. **Panorâmica do mapeamento das comunidades negras/quilombolas do cariri cearense**. Crato-Ce, 2010.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html>. Acesso em 14 dez. 2011.

CUNHA JUNIOR, H. ; [Santos, M.P. dos](#) . **População Negra no Ceará e sua cultura**. Revista África e Africanidades, v. 1, p. 1-10, 2010.

GRUNEC – Grupo de valorização negra do Cariri. Disponível em <<http://gruneccariri.blogspot.com/>>. Acesso em 18 nov. 2011.



MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.** Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP. 2003

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.** In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (Org.), Contexto. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002. p. 15-24.